



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Judiciária Especialidade: Execução de Mandados

Nome do Candidato

Caderno de Prova '02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao seguinte texto:

O meu e o outro lugar

Há lugares da nossa casa em que nos sentimos melhor ou pior que em outros: na ponta da mesa, junto a uma janela, no canto da sala ou perto da porta atua algum especial elemento de atração que nos faz sentir ali, e só exatamente ali, perfeitamente "em casa". Não faltarão razões para isso, que a psicanálise, a sociologia ou talvez a astrologia possam explicar; mas quero aqui me ocupar com a projeção contrária dessa sensação. Sentir-se no exílio é, genericamente, estar fora do seu lugar. O exilado é, em princípio, um ser punido, condenado a distanciar-se de seu espaço próprio, ou desejado.

*Li outro dia umas linhas muito sábias a respeito da relação que mantemos com o que julgamos o **nosso** lugar. São as palavras de um monge do século XII, da Saxônia, chamado Hugo de Saint Victor:*

"O homem que acha doce seu torrão natal ainda é um iniciante fraco; aquele para quem todo solo é sua terra natal já é forte; mas perfeito é aquele para quem o mundo inteiro é uma terra estrangeira. A alma frágil fixou seu amor em um ponto do mundo; o homem forte estendeu seu amor para todos os lugares; o homem perfeito extinguiu sua dependência em relação aos lugares."

*O monge considera aqui a superioridade de quem **não** tem um lugar que lhe seja próprio. Ou seja: ele fala de alguém que, humildemente, não julga que seja seu qualquer lugar do mundo; todos os lugares lhe impõem o respeito do desconhecido. Tratando-se de um monge, é possível suspeitar que o único espaço que ele julga de fato pertencer a alguém é o espaço interior da pessoa, o lugar onde o espírito se encontra com Deus, o centro da alma e da individualidade. Não deixa de ser instigante acreditar que somos todos estrangeiros neste mundo, e o único lugar que nos é próprio é o que podemos carregar dentro de nós. A meditação mais profunda se constituiria, assim, como o nosso território pessoal.*

(Sabino Junqueira, inédito)

1. Ao admitir que *há lugares em nossa casa em que nos sentimos melhor ou pior que em outros*, o autor do texto
- (A) reconhece que o fato se explica de modo inquestionável quando recorremos às ciências que estudam as nossas sensações.
 - (B) admite também que esses lugares e essas sensações jamais se fixam, uma vez que aqueles e estas variam o tempo todo.
 - (C) considera a vantagem de estar fora de casa, sendo gratificante a nostalgia de se sentir longe do espaço familiar.
 - (D) aceita o fato de que há algum nexo especial entre sensações específicas e determinados lugares que ocupamos.
 - (E) explica o fenômeno pelo fato de em nossa casa estarmos mais sujeitos a variações de humor do que em lugares estranhos.

2. Atente para as seguintes afirmações do monge Hugo de Saint Victor, citado no texto:
- I. A perfeição de um homem se mostra não na sua relação afetiva com o torrão natal, mas no apreço a qualquer lugar em que esteja.
 - II. Um homem demonstra grande fraqueza quando pretende eleger como pátria sua um país diferente do seu.
 - III. Demonstra superioridade o homem que não estabelece relação de familiaridade e dependência com qualquer lugar do mundo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

3. No último parágrafo do texto,

- (A) a expressão *ou seja* indica que o monge não tinha plena convicção do que estava enunciando.
- (B) a expressão *tratando-se de um monge* torna uma verdade absoluta o que se vai afirmar.
- (C) o segmento *Não deixa de ser instigante* coloca uma sombra de dúvida sobre o que se vai afirmar.
- (D) o segmento *é possível suspeitar* anuncia uma inferência dada como aceitável.
- (E) o segmento *que nos é próprio* refere-se ao lugar estrangeiro ao qual nos adaptamos com prazer.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *especial elemento de atração* (1º parágrafo) = extraordinário polo de tensão.
- (B) *projeção contrária dessa sensação* (1º parágrafo) = inverso irreal da emoção.
- (C) *extinguiu sua dependência* (3º parágrafo) = protelou sua subordinação.
- (D) *o respeito do desconhecido* (4º parágrafo) = à consideração do estranho.
- (E) *um lugar que lhe seja próprio* (4º parágrafo) = um espaço de pertencimento.

5. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:

- (A) As linhas em que o autor viu sabedoria, penso eu, de fato a (**exibir**).
- (B) As razões a que ele (**recorrer**) para se sentar ali não convencem ninguém.
- (C) Entre os muitos lugares que (**haver**) na sala, prefiro o canto junto à janela.
- (D) Quem já morou em vários países nem sempre (**alimentar**) alguma predileção.
- (E) Aos monges medievais sempre (**competir**) meditar com grande profundidade.



6. O fato de estar **mal estruturada** leva à necessidade de se **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) Sempre haverá quem julgue incomparável o seu torrão natal, assim como há quem gostaria de eleger como seu um país estrangeiro.
- (B) Muita gente lamenta não ter nascido em outro país, ao passo que muitos não trocariam nem pelo Paraíso a sua terra natal.
- (C) O ponto de vista do monge medieval, embora pareça inteiramente excêntrico, poucas pessoas compartilhariam tal convicção.
- (D) O nacionalismo é, via de regra, considerado uma virtude, mas há quem veja nele um sentimento menor, pelas restrições que implica.
- (E) As palavras do monge da Saxônia impressionam muito, de fato, até porque vão de encontro a convicções que fazem parte do senso comum.

7. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Li outro dia umas linhas muito sábias*, a forma verbal resultante será

- (A) foram lidas.
- (B) estive lendo.
- (C) tinha lido.
- (D) tinham sido lidas.
- (E) teria lido.

8. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da seguinte frase:

- (A) Há lugares em nossa casa nos ensejam uma sensação maior de familiaridade.
- (B) O homem que não consegue afastar-se da terra lhe serviu de berço é, em princípio, um fraco.
- (C) É como se houvesse naquele cantinho da sala um apelo não conseguimos nos esquivar.
- (D) O monge medieval o autor do texto alude demonstra grande sabedoria ao avaliar os homens fortes e os fracos.
- (E) A interpretação o autor do texto dá às palavras do monge pode e merece ser discutida.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

A literatura de cordel, hoje

No Brasil, literatura de cordel designa a literatura popular produzida em versos. A expressão se deve ao fato de que os folhetos eram comumente vendidos em feiras, pendurados em cordéis. Nota-se, hoje em dia, uma crescente visibilidade dessa literatura tradicional. Editoras e poetas trabalham intensamente para divulgar os folhetos, professores realizam experiências em sala de aula, pesquisas são realizadas no âmbito acadêmico, muitas delas são apresentadas como teses universitárias. Esse dinamismo pode ser ainda observado na publicação de antologias de folhetos por grandes editoras, ou na edição em livro de obras de escritores populares, e sobretudo no aparecimento de inúmeros poetas e poetisas em diferentes pontos do país.

Todo esse dinamismo precisa ser analisado com cuidado. Fala-se muito na presença da literatura de cordel na escola, várias intervenções vêm sendo realizadas sobretudo em estados do Nordeste. Abrir as portas da escola para o conhecimento da literatura de cordel em particular, ou mesmo da literatura popular em geral, é uma conquista da maior importância. Porém, há que se pensar de que modo efetivar esse processo tendo em vista a melhor contribuição possível para a formação dos alunos.

A literatura de cordel deve ter, sim, um espaço na escola, nos níveis fundamental e médio, levando-se sempre em conta, porém, as especificidades desse tipo de produção artística. Considerá-la tão somente como uma ferramenta ocasional, utilizada para a assimilação de conteúdos disseminados nas mais variadas disciplinas (história, geografia, matemática, língua portuguesa) não parece uma atitude que contribua para uma significativa experiência da leitura dos folhetos. Há que respeitá-los e admirá-los sobretudo pelo que já são: testemunhos do mundo imaginário a que se dedicaram talentosos escritores de extração popular.

(Adaptado de: MARINHO, Ana Cristina e PINHEIRO, Hélder. **O cordel no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2012)

9. As três primeiras afirmativas do texto constituem, respectivamente, uma
- (A) exemplificação, uma conclusão e uma definição.
 - (B) inferência, uma hipótese e uma exemplificação.
 - (C) constatação, uma definição e uma hipótese.
 - (D) constatação, uma hipótese e um esclarecimento.
 - (E) definição, um esclarecimento e uma constatação.

10. Considere as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, a expressão *esse dinamismo* refere-se ao fato de que a literatura de cordel passou a despertar o interesse das camadas mais populares dos leitores.
- II. No 2º parágrafo, a expressão *porém* sinaliza uma advertência para o modo pelo qual se deve introduzir nas escolas o conhecimento da literatura de cordel.
- III. No 3º parágrafo, diz-se que a valorização positiva da literatura de cordel deve se dar quando ela constituir um elemento subsidiário para a compreensão de outras áreas do ensino.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.



11. No contexto, o sentido do segmento *Considerá-la tão somente como ferramenta ocasional* (3º parágrafo) está corretamente traduzido nesta nova redação:
- (A) Dotá-la apenas de atributos essenciais.
(B) Percebê-la no mínimo como aparelho auxiliar.
(C) Atribuir-lhe apenas a função restauradora.
(D) Tomá-la simplesmente como um auxílio eventual.
(E) Usá-la sistematicamente como um subterfúgio.
12. *Porém, há que se pensar de que modo efetivar esse processo tendo em vista a melhor contribuição possível para a formação dos alunos.*
- Na frase acima, os elementos sublinhados têm, respectivamente, o sentido de
- (A) Ainda assim / afim
(B) Por conseguinte / por conta de
(C) Entretanto / objetivando
(D) Ou melhor / apesar de
(E) Aliás / retificando
13. As normas de concordância verbal acham-se plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:
- (A) Cabem às editoras zelar pela boa qualidade da literatura de cordel cuja publicação foi assumida.
(B) Não se privem os leitores de usufruir belas edições que perenizam em livro os grandes autores de cordel.
(C) Quanto às edições de literatura de cordel, não se tratam apenas de produzir bons livros, mas de saber trabalhar com eles.
(D) O fato de haverem muitos poemas de cordel não significa que a maioria dos brasileiros tenham dado por sua real importância.
(E) A um grande número de leitores interessam que os folhetos de cordel sejam dignamente publicados em livro.
14. Considere as seguintes frases:
- I. Ele ama os poemas de cordel, com que teve contato desde pequeno.
II. Respeito os autores de cordel, que normalmente não se preocupam com o grande mercado.
III. Ainda ontem de manhã, passei horas examinando os folhetos expostos na feira.
- A supressão da vírgula ALTERA o sentido do que está APENAS em
- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) I.
(E) II.
15. Os segmentos I e II constituem, respectivamente, uma CAUSA e seu EFEITO em:
- (A) I. Literatura de cordel designa a literatura popular
II. produzida em versos.
(B) I. Muitos professores realizam experiências
II. em sala de aula.
(C) I. Editoras e poetas divulgam o cordel,
II. ampliando seu interesse junto ao público.
(D) I. Muita gente passou a admirar o cordel
II. quando teve a oportunidade de conhecê-lo melhor.
(E) I. Para que o cordel seja bem acolhido,
II. é necessário ensejar um maior contato entre os poetas e o público.
- Atenção:** As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.
- Não me confunda!**
- Você sabe com quem está falando? Tem certeza? Então veja: Em Manaus, um livreiro soube que eu estava na cidade e fez questão de que eu fosse conhecer a casa. Com mil rapapés, rebocou-me até o fundo da livraria, onde me esperava um enfarpelado* grupo de senhores e senhoras, e, solenizado, apresentou: “Temos a honra de acolher entre nós o grande Nelson Werneck Sodré!”. Agradeceu a homenagem, a rigor póstuma, pois fazia anos que o crítico e historiador marxista – remoto parente com quem jamais troquei palavra – estava morto. Instalou-se na roda um suarento, viscoso, amazônico mal-estar, que me esforcei por desfazer com umas graçolas desenxabidas e a informação de que, embora não chegasse aos pés do primo Nelson (ou aos coturnos, já que ele foi também general), eu tinha lá os meus livrinhos. O anfitrião, que não via como me ressarcir daquele mico, apanhou a deixa: correu ao computador e, num alegrão desproporcional ao achado, anunciou que tinha livros meus. Foi também como compensação, ninguém duvidaria, que os circunstantes arremataram todos os exemplares. Graças ao finado homem de letras & armas, esgotei em Manaus.*
- * **enfarpelado** = muito bem vestido; emperquitado.
- (WERNECK, Humberto. **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre. Arquipélago, 2011, p. 131)
16. A confusão provocada pelos sobrenomes de escritores acarretou uma
- (A) cena constrangedora, gerada pela ganância do dono da livraria, da qual todos saíram sentindo-se prejudicados.
(B) situação patética, nascida da confusão do livreiro, que confundiu um cidadão comum e simplório com um crítico de renome.
(C) cerimônia pouco honrosa, na qual se frustrou a pretendida homenagem ao grande escritor Humberto Werneck.
(D) cena divertida, nascida da negligência do livreiro, único presente a ignorar a real identidade do escritor convidado.
(E) situação embaraçosa, criada pelo desavisado livreiro, para a qual se acabou encontrando um bom arremate.



17. Está INCORRETA a seguinte afirmação sobre o texto:

- (A) O *finado homem de letras & armas* a que se refere o autor era um remoto primo seu, com quem jamais conversara.
- (B) A formalidade da reunião na livraria está indicada por termos como *rapapés*, *solenizado* e *enfarpelado*.
- (C) O fato de o cronista ser um escritor publicado possibilitou uma honrosa saída para a constrangedora situação.
- (D) A presença de espírito do cronista impediu que qualquer constrangimento se instalasse em meio ao grupo de convidados.
- (E) A confusão com um crítico e historiador admirado acabou, por conta de uma inadvertência, beneficiando o cronista.

18. O anfitrião, que não via como me ressarcir daquele mico, apanhou a deixa.

O sentido e a correção da frase acima estão preservados nesta outra redação:

- (A) O anfitrião apanhou a deixa do ressarcimento que esperava vir de mim.
- (B) Ao apanhar a deixa, vi como me ressarcir daquele mico que ele causara.
- (C) Para me ressarcir daquele mico do anfitrião, apanhei uma deixa.
- (D) Ao ver que não bastava me ressarcir daquele mico, o anfitrião apanhou a deixa.
- (E) Não sabendo como iria me ressarcir daquele mico, o anfitrião se valeu da deixa.

19. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:

- (A) Os convidados se constrangeram mas não se indispuseram com o livreiro, que não se advertira da confusão entre os sobrenomes.
- (B) O cronista entreviu na situação, amainando o constrangimento ao lembrar que também ele era um autor publicado.
- (C) Inocentemente, o livreiro se propora a fazer uma homenagem a um autor que há muitos anos já falecera.
- (D) Se não lhe visse o cronista em seu socorro, com a oportuna deixa, o livreiro ficaria definitivamente em maus lençóis.
- (E) O cronista reaveu o controle da situação, livrando a todos de um embaraço que ameaçava prolongar-se.

20. Estão inteiramente corretos o emprego e a grafia de todas as palavras em:

- (A) Um mau entendido ocasionou um mico que só não foi maior por que o cronista salvou a situação.
- (B) O porquê da confusão não chegou a ser discutido, e o mal foi contornado pela iniciativa do cronista.
- (C) Em vez de demonstrar mal humor, por que fora tomado por outra pessoa, o cronista salvou a situação.
- (D) O livreiro se deu mau em sua homenagem porque não apurou corretamente a identidade do cronista.
- (E) O mau já estava feito, e só não prosperou por que o cronista soube como contorná-lo.

Raciocínio Lógico-Matemático

21. Em um país, todos os habitantes são filiados a um partido político, sendo que um mesmo habitante não pode ser filiado a dois partidos diferentes. Sabe-se ainda que todo habitante filiado ao partido X é engenheiro e que cada habitante tem uma única profissão. Paulo é um engenheiro e Carla é uma médica, ambos habitantes desse país. Apenas com essas informações, é correto concluir que, necessariamente,

- (A) Paulo é filiado ao partido X.
- (B) Carla não é filiada ao partido X.
- (C) Carla é filiada ao partido X.
- (D) Paulo não é filiado ao partido X.
- (E) Paulo e Carla são filiados a partidos diferentes.

22. A eleição de representante de classe de uma turma teve apenas três candidatos: Bia, Pedro e Marcelo. Todos os 40 alunos da turma votaram, sempre em um único dos três candidatos. Se Bia foi a vencedora da eleição, então ela recebeu, no mínimo,

- (A) 13 votos.
- (B) 20 votos.
- (C) 19 votos.
- (D) 14 votos.
- (E) 21 votos.

23. Ricardo nasceu em 2001 e, exatamente 53 semanas depois de seu nascimento nasceu Gabriela, sua irmã. Se Gabriela nasceu em 2003, então ela faz aniversário no mês de

- (A) junho.
- (B) fevereiro.
- (C) janeiro.
- (D) novembro.
- (E) dezembro.

24. Considere a seguinte declaração, feita por um analista político fictício: "se o partido P conseguir eleger Senador no Estado F ou no Estado G, então terá a maioria no Senado". A partir da declaração do analista, é correto concluir que, necessariamente, se o partido P

- (A) não tiver a maioria no Senado, então não terá conseguido eleger o senador no Estado G.
- (B) tiver a maioria no Senado, então terá conseguido eleger o senador no Estado G.
- (C) tiver a maioria no Senado, então terá conseguido eleger o senador no Estado F.
- (D) não conseguiu eleger o senador no Estado F, então não terá a maioria no Senado.
- (E) não conseguiu eleger o senador no Estado G, então não terá a maioria no Senado.



25. Um torneio de futebol foi disputado por dez times, entre eles Grêmio, Bahia, Cruzeiro, Avaí e Goiás. Veja o que declararam quatro analistas esportivos antes do início do torneio.

Analista 1: o Grêmio montou um excelente time e será o campeão.

Analista 2: o Bahia não será o campeão, pois tem enfrentado muitas dificuldades.

Analista 3: o Cruzeiro tem um time muito forte e, por isso, será o campeão.

Analista 4: como o Avaí não tem um bom elenco, não será o campeão.

Sabendo que apenas um dos quatro analistas acertou a previsão, é correto concluir que, necessariamente, o campeão do torneio foi o

- (A) Goiás.
- (B) Bahia ou o Avaí.
- (C) Grêmio ou o Bahia.
- (D) Cruzeiro ou o Avaí.
- (E) Grêmio ou o Cruzeiro.

26. Durante um jogo, Clara lançou um dado comum, numerado de 1 a 6, seis vezes consecutivas. Em nenhuma delas, obteve o número 1 nem o número 5, tendo obtido todos os demais números no mínimo uma e, no máximo, duas vezes. Se Clara somar os números obtidos nos seis lançamentos, chegará a um resultado que pode ser, no máximo,

- (A) 27.
- (B) 28.
- (C) 26.
- (D) 24.
- (E) 25.

27. Bruno criou um código secreto para se comunicar por escrito com seus amigos. A tabela mostra algumas palavras traduzidas para esse código.

Palavra	Tradução no código de Bruno
POTE	QNUD
TERRA	UDSQB
CERA	DDSZ
FOGUEIRA	GNHTFHSZ

A palavra MEL, no código de Bruno, seria traduzida como

- (A) LDK.
- (B) NFM.
- (C) LFK.
- (D) NDM.
- (E) OGN.

28. Um dos setores de um estádio possui 600 cadeiras, divididas em dez filas de 60 cadeiras cada uma. A numeração das cadeiras é feita da esquerda para a direita nas filas ímpares e da direita para a esquerda nas filas pares, como indicado na figura.

⋮	...				
Fila 4	...			182	181
Fila 3	121	122	...		179 180
Fila 2	120	119	...		62 61
Fila 1	1	2	3	...	

CADEIRAS

O número da cadeira que fica imediatamente atrás da cadeira 432 é

- (A) 454.
- (B) 456.
- (C) 493.
- (D) 531.
- (E) 529.

29. No Brasil, o voto é obrigatório apenas para os brasileiros alfabetizados que têm de 18 a 70 anos. De acordo com essa informação, se Luíza é uma brasileira que não é obrigada a votar, então, necessariamente, Luíza

- (A) é analfabeta e tem menos de 18 anos ou mais de 70.
- (B) é analfabeta ou tem menos de 18 anos ou mais de 70.
- (C) não é analfabeta, mas tem menos de 18 anos.
- (D) é analfabeta, mas pode ter de 18 a 70 anos.
- (E) tem mais de 70 anos, mas pode não ser analfabeta.

30. Usando exatamente 27 peças idênticas de um jogo de montar, Lucas construiu o cubo da figura 1. Mais tarde, acrescentando ao cubo original as peças escuras, também idênticas, Lucas formou um cubo maior, mostrado na figura 2.

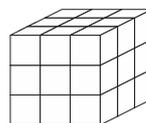


Figura 1

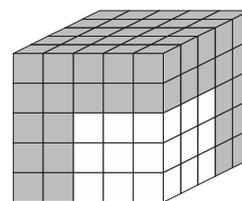


Figura 2

O total de peças escuras que Lucas acrescentou ao cubo original é igual a

- (A) 98.
- (B) 60.
- (C) 76.
- (D) 84.
- (E) 42.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. É possível ajuizar perante o Supremo Tribunal Federal:
- I. ação direta de inconstitucionalidade contra lei estadual em face de Constituição Estadual.
 - II. ação declaratória de constitucionalidade em favor de lei estadual em face da Constituição da República.
 - III. arguição de descumprimento de preceito fundamental em favor de (para ver declarada constitucional) lei municipal em face da Constituição da República.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

32. Cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre:

- I. lei ou ato normativo municipal.
- II. lei ou ato normativo anterior à Constituição.
- III. razões de veto.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

33. As idades mínimas de I – vinte e um, II – trinta, e III – trinta e cinco anos são condições de elegibilidade, respectivamente, para

	I	II	III
A	Prefeito	Governador de Estado	Presidente da República
B	Prefeito	Deputado Federal	Presidente da República
C	Vereador	Deputado Federal	Governador de Estado
D	Deputado Estadual	Prefeito	Governador de Estado
E	Deputado Estadual	Prefeito	Senador

34. A exploração, direta ou mediante autorização, permissão ou concessão, dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens compete

- (A) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- (B) aos Estados, apenas.
- (C) à União e aos Estados, apenas.
- (D) à União, aos Estados e aos Municípios, apenas.
- (E) à União, apenas.

35. O número de Ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, é igual a

- (A) onze e trinta e três (com a possibilidade de a lei complementar alterar esses dois quantitativos).
- (B) onze e trinta e três (sem a possibilidade de a lei alterar esses dois quantitativos).
- (C) onze e trinta e três (com a possibilidade de a lei alterar esses dois quantitativos).
- (D) onze (sem a possibilidade de a lei alterar esse quantitativo) e, no mínimo, trinta e três (com a possibilidade de a lei aumentar esse quantitativo).
- (E) onze e trinta e três (com a possibilidade de a norma regimental competente alterar esses dois quantitativos).

Direito Administrativo

36. O serviço público é campo de atuação próprio do Estado, no entanto, sua prestação pode se dar de forma direta ou indireta. A prestação de serviço público de forma indireta se dá mediante o regime

- (A) de concessão ou permissão, sendo que, neste último caso, não há obrigatoriedade de obediência, pelo particular, do princípio da continuidade do serviço público, por se cuidar de ato administrativo precário.
- (B) de concessão ou delegação, sendo que nestes casos o particular deve obediência aos princípios que lhe são próprios, dentre eles o da imutabilidade do regime jurídico e o da continuidade dos serviços públicos.
- (C) de concessão ou permissão, devendo o particular respeitar os princípios que lhe são próprios, dentre eles o da mutabilidade do regime jurídico e o da continuidade dos serviços públicos.
- (D) de delegação ou permissão, sendo que, neste último caso, cuida-se de contrato precário da administração.
- (E) jurídico de concessão, não se prestando à delegação de serviços públicos os institutos da permissão e da autorização.

37. A revogação e a anulação são modalidades de desfazimento ou retirada do ato administrativo, respectivamente, em decorrência

- (A) de motivos de conveniência e oportunidade e da presença de vícios que o tornem ilegal, sendo a autotutela aplicável à revogação, não à anulação.
- (B) da presença de vícios que o tornem ilegal e de motivos de conveniência e oportunidade sendo a autotutela aplicável à anulação, não à revogação.
- (C) de decisão do judiciário declarando revogado o ato e de decisão da Administração pública anulando o ato, devidamente justificada.
- (D) de motivos de conveniência e oportunidade e da presença de vícios que o tornem ilegal, aplicável para ambos os casos a autotutela.
- (E) de decisão da Administração, que prescinde de motivação, e de sentença judicial transitada em julgado.

38. O ingresso no serviço público se dá mediante a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Essa regra constitucional encontra exceção nas hipóteses autorizadas pela própria Constituição Federal. No que pertine ao acesso ao serviço público é correto afirmar que

- (A) é exceção à regra do concurso público as nomeações para cargo em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- (B) a investidura em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração deixou de ser juridicamente viável após a Constituição Federal de 1988 em razão do princípio do concurso público.
- (C) a investidura em cargo público efetivo se dá mediante concurso público, o que não ocorre com a investidura em emprego público, que independe da prévia aprovação em concurso público, isso em razão do regime jurídico ser o da CLT.
- (D) a investidura em cargo ou emprego público independe da prévia aprovação em concurso público desde que, para tanto, haja excepcional interesse público e necessidade inadiável consubstanciada no risco iminente à continuidade da prestação do serviço público.
- (E) a investidura em cargo público efetivo é acessível apenas aos brasileiros e não depende da prévia aprovação em concurso público.



<p>39. O regime jurídico incidente nos contratos administrativos é distinto do regime jurídico incidente nos contratos de direito privado. No que diz respeito ao regime jurídico incidente nos contratos administrativos,</p> <p>(A) é dado ao contratado opor contra o contratante, em qualquer circunstância, à exceção do contrato não cumprido.</p> <p>(B) o regime de execução do ajuste é imutável, sendo que a alteração desse regime autoriza a rescisão unilateral do contrato pelo contratado, isso em razão da força obrigatória do vínculo.</p> <p>(C) é dado ao contratado paralisar sumariamente a execução do contrato alegando descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais pelo contratante.</p> <p>(D) o contratante responde frente ao contratado pelos riscos advindos da álea ordinária, também denominada álea empresarial e da álea extraordinária, isso em razão da obrigação do contratante de manter as condições efetivas da proposta.</p> <p>(E) não há previsão de rescisão administrativa unilateral do contrato por parte do contratado, mas tão somente do contratante.</p>	<p>42. João é funcionário público da União e, nessa qualidade, por ato comissivo, causou danos a um particular. A União</p> <p>(A) não possui responsabilidade pelo ato de João, que responde diretamente pelo ato.</p> <p>(B) é diretamente responsável pelo ato de João, que responderá em ação de regresso em caso de dolo ou culpa.</p> <p>(C) é diretamente responsável pelo ato de João, que responderá em ação de regresso independentemente de dolo ou culpa.</p> <p>(D) é subsidiariamente responsável pelo ato de João, que responderá em ação de regresso em caso de dolo ou culpa.</p> <p>(E) é subsidiariamente responsável pelo ato de João, que responderá em ação de regresso independentemente de dolo ou culpa.</p>
<p>40. A Lei nº 8.429/1992, promulgada para regulamentar o artigo 37, <i>caput</i>, da Constituição Federal, disciplina os denominados Atos de Improbidade Administrativa, compreendendo os que importam enriquecimento ilícito, causam prejuízo ao erário e atentam contra os princípios da Administração pública. Podem ser sujeito passivo destes atos</p> <p>(A) a Administração pública direta e a indireta, inclusive a fundacional, excluindo-se, no entanto, as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.</p> <p>(B) a Administração direta e a indireta, inclusive a fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(C) a Administração pública direta e as entidades que compõem a Administração pública indireta, excetuando-se as sociedades de economia mista prestadoras de serviço público ou exploradoras de atividade econômica.</p> <p>(D) entidades que recebam subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como aquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% do patrimônio ou da receita anual, desde que, neste caso, não haja correlação entre sanção patrimonial e a repercussão do ilícito sobre a contribuição do erário.</p> <p>(E) a Administração pública direta e a indireta, inclusive a fundacional, excluindo-se as pessoas jurídicas de direito privado.</p>	<p>43. Carlos construiu uma casa em terreno que recebeu de seu pai. Posteriormente, empreendeu reforma na casa, retirando-lhe as portas a fim de pintá-las e reempregá-las na construção. No terreno, incorporou-se, naturalmente, uma goiabeira. Consideram-se imóveis</p> <p>(A) a casa e a goiabeira.</p> <p>(B) o terreno, a casa e a goiabeira.</p> <p>(C) o terreno, apenas.</p> <p>(D) o terreno e a casa.</p> <p>(E) o terreno, a casa, as portas e a goiabeira.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>41. A lei começa a vigorar, salvo disposição em contrário,</p> <p>(A) trinta dias depois de publicada, mas com eficácia plena durante a <i>vacatio legis</i>.</p> <p>(B) quarenta e cinco dias depois de promulgada, não produzindo efeitos enquanto não estiver efetivamente em vigor.</p> <p>(C) quarenta e cinco dias depois de publicada, não produzindo efeitos enquanto não estiver efetivamente em vigor.</p> <p>(D) quarenta e cinco dias depois de publicada, mas com eficácia plena durante a <i>vacatio legis</i>.</p> <p>(E) quarenta e cinco dias depois de promulgada, mas com eficácia plena durante a <i>vacatio legis</i>.</p>	<p>44. A respeito do penhor, considere:</p> <p>I. não se extingue o penhor com o perecimento da coisa.</p> <p>II. em regra, o credor pignoratício tem direito a ficar na posse da coisa empenhada.</p> <p>III. os frutos da coisa empenhada devem ser restituídos ao devedor depois de paga a dívida.</p> <p>IV. o instrumento do penhor deve ser levado ao Registro de Imóveis exclusivamente pelo credor a quem aproveita.</p>
	<p>De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, II, III e IV.</p> <p>(B) II e III, apenas.</p> <p>(C) III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, III e IV, apenas.</p> <p>(E) I e II, apenas.</p>



45. Em janeiro de 2014, Fábio vendeu ao Supermercado Rucci toda a produção de morangos que viria a colher em julho de 2014. As partes convencionaram que o preço seria obtido pela taxa de mercado local do dia da entrega. O negócio é
- (A) existente e válido, pois a coisa futura pode ser objeto de compra e venda, assim como pode o preço ser fixado à taxa de mercado, em certo e determinado dia e lugar. Porém, o negócio ficará sem efeito se a coisa futura não vier a existir, salvo se ficar comprovado que a intenção das partes era concluir contrato aleatório.
- (B) inexistente, pois não se admite compra e venda de coisa futura.
- (C) existente porém inválido, pois a coisa futura pode ser objeto de compra e venda, mas o preço deve necessariamente ser fixado pelas partes no dia da realização do negócio.
- (D) existente e válido, pois a coisa futura pode ser objeto de compra e venda, assim como pode o preço ser fixado à taxa de mercado, em certo e determinado dia e lugar. O negócio ficará sem efeito se a coisa futura não vier a existir, salvo se ficar comprovado que a intenção das partes era concluir contrato comutativo.
- (E) existente e válido, pois a coisa futura pode ser objeto de compra e venda, assim como pode o preço ser fixado à taxa de mercado, em certo e determinado dia e lugar. O negócio gerará efeitos mesmo que a coisa futura não venha a existir, independentemente da natureza do negócio.

Direito Processual Civil

46. Se o Oficial de Justiça procurar o réu para citá-lo pessoalmente e, encontrando-o, este recusar-se a receber a contrafé, deverá
- (A) requisitar força policial para cumprir efetivamente o mandado, o que só se dará quando o réu assiná-lo, dando-se por citado.
- (B) atestar o fato ao juiz da causa, que determinará a citação do réu por hora certa.
- (C) atestar o fato ao juiz da causa, que determinará a citação do réu por edital.
- (D) certificar a recusa do réu, dando-o por citado.
- (E) portar por fé a recusa, para que o juiz da causa determine a citação do réu pelo correio.
47. Na execução por quantia certa contra devedor solvente, será o executado citado para efetuar o pagamento da dívida. O executado deverá pagar a dívida em
- (A) três dias; não o fazendo, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
- (B) 24 horas; não o fazendo, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado.
- (C) três dias; não o fazendo, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens, avaliando-os e certificando o ato para posterior intimação do executado.
- (D) 24 horas; não o fazendo, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens, avaliando-os e certificando o ato para posterior intimação do executado.
- (E) 72 horas; não o fazendo, e desde que o credor tenha indicado bens na inicial, procederá o Oficial de Justiça à penhora desses bens e à sua avaliação, lavrando-se o auto respectivo e intimando de tais atos o executado, na mesma ocasião.

48. Quanto ao cumprimento de sentença, considere:

- I. É definitiva a execução da sentença transitada em julgado e provisória quando se tratar de sentença impugnada mediante recurso ao qual tenha sido atribuído efeito suspensivo.
- II. Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- III. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não efetue tal pagamento em quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, de ofício, determinará o juiz a expedição de mandado de penhora e avaliação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

49. No tocante à audiência, é correto afirmar que

- (A) a ordem de produção das provas é ato judicial, de acordo com as peculiaridades da causa.
- (B) antes de iniciar a instrução, é faculdade do juiz tentar a conciliação das partes; se obtida, será tomada por termo nos autos.
- (C) ao iniciar a instrução, o juiz, como ato de ofício e sem oitiva das partes, fixará os pontos de litígio sobre os quais incidirá prova.
- (D) quando o litígio versar sobre direitos patrimoniais de caráter privado, o juiz, de ofício, determinará o comparecimento das partes ao início da instrução e julgamento.
- (E) poderá haver seu adiamento, no caso de convenção das partes, por no máximo três vezes, desde que estejam em busca de acordo.

50. No que tange às modificações de competência, é INCORRETO afirmar que

- (A) se o imóvel se achar situado em mais de um Estado ou comarca, determinar-se-á o foro pela prevenção, estendendo-se a competência sobre a totalidade do imóvel.
- (B) correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele que despachou em primeiro lugar.
- (C) se o conhecimento da lide depender eventualmente da verificação da existência de fato delituoso, deve o juiz mandar sobrestar o andamento do processo até pronunciamento da justiça criminal.
- (D) a ação acessória será proposta perante o juiz competente para a ação principal.
- (E) o juiz da causa principal é também competente para a reconvenção, a ação declaratória incidente, as ações de garantia e outras que respeitam ao terceiro interveniente.

**Direito Penal**

51. Com relação ao crime de falsificação de documento público, é INCORRETO afirmar:

- (A) Equipara-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.
- (B) Se o sujeito ativo for funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.
- (C) A pena é de reclusão, de dois a seis anos, e multa.
- (D) Incorre na mesma pena desse crime aquele que insere ou faz inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a Previdência Social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita.
- (E) Incorre na mesma pena desse crime aquele que insere ou faz inserir na folha de pagamento, ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a Previdência Social, pessoa que posua a qualidade de segurado obrigatório.

52. Referente aos crimes contra a Administração da Justiça, é correto afirmar que o crime de

- (A) denunciação caluniosa é cometido por aquele que provoca a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado.
- (B) comunicação falsa de crime ou de contravenção é cometido por aquele que dá causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente.
- (C) falso testemunho ou perícia é conduta atípica se praticado em juízo arbitral.
- (D) autoacusação falsa, ocorre quando o sujeito ativo acusa-se, perante a autoridade, de crime inexistente, sendo que se a autoacusação tratar-se de crime praticado por outrem, o crime será de calúnia.
- (E) coação no curso do processo pode ocorrer em processo judicial, policial, administrativo, ou em juízo arbitral.

53. Com relação ao crime de "Exercício arbitrário das próprias razões", considere o artigo 345 do Código Penal:

Art. 345 - justiça pelas próprias mãos, para satisfazer, embora, salvo quando o permite.

Completa correta e, respectivamente, as lacunas da definição do tipo penal:

- (A) Fazer – objetivo – ilegítima – o juiz
- (B) Fazer – pretensão – legítima – a lei
- (C) Buscar – pretensão – lícita – o juiz
- (D) Fazer – pretensão – lícita – o juiz
- (E) Buscar – dívida – legal – a lei

54. Com relação às sanções do abuso de autoridade previstas na Lei nº 4.898/1965, considere o parágrafo 5º do artigo 6º da Lei de Abuso de Autoridade.

Art. 6º (...)

§ 5º Quando o for cometido por agente de autoridade, ou, de qualquer categoria, poderá ser cominada a pena ou, de não poder o acusado exercer funções de natureza policial ou militar no município da culpa, por prazo de um a cinco anos.

Completa correta e, respectivamente, a disposição:

- (A) crime – policial – civil – militar – alternativa – final
- (B) abuso – federal – estadual – municipal – principal – autônoma
- (C) crime – federal – portuária – rodoviária – autônoma – acessória
- (D) abuso – federal – estadual – municipal – alternativa – de reclusão
- (E) abuso – policial – civil – militar – autônoma – acessória

55. É correto afirmar que:

- (A) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- (B) O agente que, involuntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde pelos atos já praticados.
- (C) Diz-se o crime tentado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- (D) Pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado, exceto culposamente.
- (E) Não se pune a tentativa quando, por absoluta impropriedade do meio ou por ineficácia absoluta do objeto, é impossível consumar-se o crime.

Direito Processual Penal

56. Na falta de perito oficial, o exame de corpo de delito será realizado por

- (A) pessoas idôneas, com reconhecido conhecimento relacionado com a natureza do exame.
- (B) pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- (C) duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- (D) agentes da polícia judiciária.
- (E) assistentes técnicos indicados pelo Ministério Público e pelo acusado.



57. Como regra, são proibidas de depor como testemunha as pessoas que
- (A) estiverem interditas e forem deficientes mentais.
 - (B) tiverem vínculos familiares próximos com o acusado, tais como o ascendente, o descendente, o cônjuge e o irmão.
 - (C) forem menores de doze anos.
 - (D) não portarem documento e houver dúvida sobre a sua identidade.
 - (E) em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo.

58. Em relação ao mandado de busca e apreensão domiciliar, considere as afirmações:
- I. Deverá indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador.
 - II. Deverá ser subscrito pelo escrivão e assinado pela autoridade judiciária que o fizer expedir.
 - III. Será executado de dia, salvo se o morador consentir que se realize à noite e, antes de penetrar na casa, o executor mostrará e lerá o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.
 - IV. Obrigatoriamente será executado na presença de qualquer vizinho ou pessoa que se encontrar nas proximidades da casa.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II e IV, apenas.
 - (C) II, III e IV apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.
59. O mandado de prisão, devidamente registrado em banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, poderá ser cumprido por qualquer agente policial,
- (A) mediante prévia comunicação ao juiz do local do cumprimento da medida, quando diverso da competência territorial daquele que decretou a prisão.
 - (B) desde que verificado o prazo de validade do mandado e comunicando ao juiz que o decretou.
 - (C) ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.
 - (D) desde que tenha sido expedida a respectiva carta precatória pelo juiz processante.
 - (E) somente após a regulamentação, pelo Ministério da Justiça, do registro de mandados do Conselho Nacional de Justiça.

60. Os recursos serão voluntários, excetuando-se o seguinte caso, em que deverá ser interposto, de ofício, pelo juiz, da sentença que
- (A) denegar a apelação ou a julgar deserta.
 - (B) rejeitar a denúncia ou a queixa.
 - (C) julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor.
 - (D) conceder *habeas corpus*.
 - (E) conceder, negar ou revogar livramento condicional.